

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2010

O Presidente da Câmara Municipal de Jataí, no uso de suas atribuições legais, torna público que, a partir do dia **18/02/2010 até o dia 12/03/2010**, fará, na sala da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí - GO, nesta cidade, na Praça da Bandeira, 96 - Centro, perante Comissão para tal designada, o CREDENCIAMENTO de empresas de comunicação para prestação de serviços de divulgação e publicação dos atos oficiais da Câmara Municipal de Jataí.

Os serviços a serem prestados pelas Contratadas compreendem as atividades de divulgação e publicidade de programas e campanhas educativas sobre as atividades da contratante, leis, convênios, atos e contratos administrativos, com a finalidade de dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade e as disposições contidas no § 1º, do art. 37, da Constituição Federal, para o ano de 2010, desenvolvidos pela Câmara Municipal de Jataí, conforme especificações e condições constantes no Edital.

O Edital com todas as exigências e condições encontra-se à disposição na Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí, no endereço supracitado, onde os interessados poderão adquiri-lo, bem como obter maiores informações e esclarecer dúvidas, no horário das 13:00 às 17:00 horas, inclusive por telefone.

1- DO OBJETO:

A licitação tem como objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ.**

1.1 - Os serviços a serem prestados pela Contratada compreendem as atividades de divulgação e publicidade de programas e campanhas educativas sobre as atividades do órgão contratante, leis, convênios, atos e contratos administrativos, com a finalidade de dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade e as disposições contidas no § 1º, do art. 37, da Constituição Federal, para o ano de 2010, fornecidas pela Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal, conforme especificações e condições constantes no Edital.

1.2 - ESPECIFICAÇÃO: O credenciamento dar-se-á para publicação de todos os atos públicos, conforme discriminação de textos ou outros meios, encaminhados e aprovados pela Assessoria de Comunicação deste órgão.

2 - DO PRAZO

2.1 - O prazo do credenciamento vigorará até 15 de dezembro de 2010 com início na data da assinatura do Termo de Credenciamento, com suspensão dos serviços no mês de julho/2010, em virtude do recesso parlamentar, podendo ser prorrogado, se houver interesse público nos termos da lei 8.666/93.

2.2 - Os participantes habilitados e interessados serão convocados para assinar o Termo de Credenciamento, de conformidade com as exigências constantes deste Edital e a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber.

2.3 – Considerando que esse ano é ano eleitoral, as publicações nos três meses que antecedem o pleito eleitoral estará condicionada às determinações da lei eleitoral, que estabelecerá as regras para as eleições de 2010, em caso de mudanças no sistema atual.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

3.1 - O pagamento será efetuado em cada mês subsequente à apresentação da nota fiscal, que deverá ser obrigatoriamente acompanhada de um exemplar da matéria veiculada (fita de vídeo, fita cassete, cd, jornal etc), bem como cópia da requisição de autorização para publicação, assinada pelo representante designado pelo Presidente da Câmara – Chefe da Assessoria de Imprensa, após a entrada do pedido na Sessão de Contabilidade da Câmara Municipal de Jataí.

3.2 - O pagamento será efetuado com base nos valores praticados e autorizados para metragem de espaço ocupado, tempo de duração da publicidade ou quantidade de inserções, de tamanho das fotos, setor de abrangência , conforme tabela constante do Anexo I deste edital.

3.3 – O recurso orçamentário está consignado na seguinte rubrica:
3.3.90.39-47 – Serviços de Terceiros/Serviços de Comunicação em Geral.

4 - DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

4.1 - Os preços dos valores pagos serão fixos, não sujeitos a reajustamento durante a vigência, salvo se houver prorrogação, hipótese em que serão reajustados, pelo INPC, apurado no período.

4.2 - Fica desde já estabelecido que o Poder Público não se responsabiliza por nenhum fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, não havendo, desta feita, nenhuma responsabilidade do Poder Público, que se compromete apenas em pagar os preços estabelecidos conforme cláusula 3.2., deste edital.

5 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

5.1) Poderão participar da presente licitação:

5.1.1) qualquer empresa jornalística, de publicidade e propaganda, legalmente estabelecida no país, desde que comprove a circulação no Município e região, com regularidade de seu produto de divulgação jornalística em jornal, rádio ou televisão, respeitadas as demais condições legais e as constantes deste Edital;

5.1.2) Qualquer empresa do ramo de fotografias.

5.2) Não poderá participar da presente licitação:

5.2.1) empresa declarada inidônea por ato do poder público:

5.2.2) empresa cujos dirigentes, gerentes, sócios e responsáveis técnicos, que na data do ato convocatório, seja servidor do Município de Jataí (administração direta ou indireta);

5.2.3) empresa que tenha deixado de cumprir compromissos técnicos e financeiros anteriores com a Administração Pública do Município de Jataí, ou com outras empresas da Administração Pública, ou ainda, tenha incorrido nas sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei 8.666/93;

5.2.4) empresa impedida de transacionar com a Administração Pública ou qualquer dos seus órgãos descentralizados.

5.2.5) empresa que não for estabelecida no território nacional.

5.3) A licitante deverá adquirir o Edital e seus anexos no endereço citado no preâmbulo deste.

5.4) A licitante deverá examinar detidamente as disposições neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da documentação de credenciamento submete a licitante a aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

5.5) No presente feito licitatório somente poderá manifestar-se, em nome da licitante, a pessoa por ela credenciada. Entende-se como credenciada a pessoa indicada em procuração ou em carta de apresentação dos documentos ou, ainda, o sócio ou dirigente da licitante, condição esta que deverá ser documentalmente comprovada perante a Comissão de Licitação.

6 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS CONDIÇÕES TÉCNICAS:

6.1) No período e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, a Comissão de Licitação receberá das pessoas interessadas a documentação que deverão ser apresentadas em 2 (dois) INVÓLUCROS distintos, devidamente fechados e indevassáveis nos quais deverão constar na sua fronteira, além do nome da empresa e do seu endereço completo, os dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ Credenciamento N°001/2010

Com os subtítulos:

INVÓLUCROS 01-DOCUMENTAÇÃO

INVÓLUCROS 02 - PROPOSTA (CONDIÇÕES TÉCNICAS)

6.2) Todas as folhas, de cada uma das vias, de cada um dos INVÓLUCROS, deverão conter a rubrica de quem de direito da licitante e estarem numeradas seqüencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato; a eventual falta de numeração e rubrica, não acarretará a inabilitação da licitante ou a sua desclassificação.

7 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1) SÃO DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS Á PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO:

7.1.1) RELATIVAMENTE Á HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1.1 - registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual;

7.1.1.b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.1.c) inserção do ato constituinte, no caso de sociedade, acompanhado de provas da Diretoria em exercício.

7.1.2 - RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

7.1.2.1- prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ);

7.1.2.2 - prova de regularidade relativa à seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.1.2 .3 - prova de regularidade para com a Fazenda, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

7.1.3 - Apresentação de declaração firmada pelo responsável legal da empresa que a mesma não possui em seu quadro de empregados menor de 16 (dezesesseis) anos, nos termos da Lei n. 9.854, de 27.10.99;

7.1.4 - caso a(s) certidão(ões) expedida(s) pela(s) Fazenda(s), Estadual, Municipal, seja(m) POSITIVA(S), a(s) mesma(s) somente será(ão) aceita(s), para efeito de habilitação, se contiver(em) expressamente declaração passada pelo órgão emitente do documento, que o interessado (licitante) tomou as medidas de praxe, a, obter o(s) efeito(s) NEGATIVO(S) nos termos do art. 206 do C.T.N.

7.1.5) Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, perfeitamente legíveis, autenticada por cartório competente.

7.2) DO PRAZO DE VALIDADE: A validade das certidões exigidas neste capítulo corresponderá ao prazo firmado nos próprios documentos. Caso as certidões não contenham expressamente o prazo de validade, a Administração Pública de Jataí

convenciona o prazo como sendo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

8 - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

8.1) A abertura do INVÓLUCRO No. 01 - Documentação será realizada no momento da entrega do envelope 01 durante o período de que trata o item "6.1.", seguindo-se, se for possível, o julgamento da habilitação.

8.2) A Comissão Julgadora e os licitantes presentes rubricarão todos os documentos apresentados e os INVÓLUCROS fechados contendo as propostas, que ficarão em poder da Comissão até o julgamento da habilitação ou, em havendo interposição de recursos, após sua denegação.

8.3) Os documentos poderão ser examinados por todos os participantes.

8.4) A Comissão Julgadora poderá a seu critério, suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de analisar a documentação apresentada, marcando na oportunidade nova data e horário em que voltará a reunir-se para a apresentação do resultado da habilitação aos participantes.

8.5) O não comparecimento de qualquer Licitante à nova reunião marcada não impedirá que ela se realize.

8.6) Em não havendo suspensão da reunião, a Comissão Julgadora decidirá a fase de habilitação e divulgará, na mesma hora, o resultado, do qual os participantes poderão interpor recurso, na forma prevista neste Edital.

8.7) O julgamento desta fase cingir-se-á à verificação dos documentos apresentados conforme exigência constante deste Edital.

8.8) Será inabilitada a licitante que não apresentar a documentação exigida, ou apresentá-la de forma irregular ou incompleta.

8.9) Será consignada em ata a manifestação dos licitantes em interpor recurso, bem como, as suas desistências.

8.10) Serão devolvidos aos licitantes inabilitados, mediante recibo, os "INVÓLUCROS Nº 02 - PROPOSTAS" lacrados, após exaurida a fase recursal cabível, ou imediatamente após a divulgação do julgamento da Habilitação, se houver expressa desistência da interposição de recursos.

9 - DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA

9.1) DA APRESENTAÇÃO. A apresentação técnica consistirá na

comprovação da empresa em possuir condições reais e específicas para o cumprimento da prestação de serviços para a qual está solicitando credenciamento.

9.2) O INVÓLUCRO Nº 02 somente será aberto se satisfeitas as exigências do INVÓLUCRO Nº. 01 – Documentação, e deverá conter:

9.2.1) indicação do número deste credenciamento;

9.2.2) razão social, endereço e CNPJ da proponente.

9.2.3) declaração de que se submete às condições de pagamento e outras definidas pelo presente edital;

9.2.4) declaração de que a empresa é responsável por todas as incidências fiscais e tributárias oriundas do desempenho da respectiva prestação de serviços;

9.3) Não serão consideradas as documentações apresentadas por telex, telegrama, fax ou via postal, em nenhuma situação.

10 - DO JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

10.1) Os INVÓLUCROS Nº 02 - AVALIAÇÃO TÉCNICA - serão abertos após o julgamento dos recursos interpostos referentes à fase de Habilitação, e feita exclusivamente dos licitantes habilitados, após transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, na qual será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos licitantes e pela Comissão Julgadora. O não comparecimento de qualquer licitante à nova reunião marcada não impedirá que ela se realize, não cabendo aos ausentes o direito de reclamação de qualquer natureza;

10.2) Somente serão abertas as avaliações técnicas das licitantes que tiverem sido habilitadas.

10.4) As avaliações técnicas serão rubricadas pela Comissão Julgadora e por todos os licitantes presentes ou representados, na presença do Presidente da Comissão.

10.5) Será facultado aos participantes o exame *IN LOCO* de toda a documentação apresentada que comprovem a sua condição técnica para realização da respectiva prestação de serviços.

10.6) A Comissão Julgadora analisará as propostas apresentadas, marcando na oportunidade nova data em que irá divulgar o resultado da fase de classificação, da qual as participantes poderão interpor recursos.

10.7) O julgamento das propostas será composto da verificação da apresentação de todos os documentos exigidos neste Edital, observando o critério de **"Melhor Técnica"**, atendidas as características do objeto previsto neste Edital.

10.8) Após o exame de todas as avaliações técnicas, a Comissão irá

promover uma ANÁLISE TÉCNICA, conforme consta no item 17, deste edital, e depois divulgará o nome de todas as empresas que foram credenciadas.

10.9) Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital.

10.10) Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

11 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

11.1) Após o término da fase de classificação, com o julgamento de todos recursos contra ela interpostos, a Comissão Julgadora submeterá, mediante Relatório Final, o resultado do Credenciamento à deliberação e homologação do Presidente da Câmara Municipal de Jataí.

11.2) A adjudicação do objeto deste Edital será feita a todos os licitantes classificados em cada procedimento, nos termos do Relatório Final da Comissão de Licitação, após a homologação referida no item anterior e a ele será dado conhecimento mediante expressa comunicação.

11.3) O(s) participante(s) habilitado(s), após a homologação, será(ão) notificado(s) para assinatura do termo de credenciamento de acordo com as normas vigentes.

11.4) O não comparecimento do(s) participantes habilitado(s) para assinatura do termo de credenciamento, impede o licitante a promover a execução de serviços e demais procedimentos com a Administração Pública.

12 - DOS RECURSOS

12.1) Os recursos interpostos às decisões proferidas pela Comissão de Licitação, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei N° 8.666/93, nos casos de:

12.1.1) habilitação ou inabilitação do licitante;

12.1.2) julgamento de avaliação técnica.

12.2) Caberá representação, no prazo de 5(cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico;

12.3) A intimação dos atos referidos no item 12.1 será feita mediante publicação em imprensa oficial, salvo para os casos previstos nos subítems 12.1.1 e 12.1.2, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

12.4) O recurso previsto nos subítems 12.1.1 e 12.1.2 terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir o mesmo efeito aos demais recursos.

12.5) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que

poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.6) O recurso previsto nos subítemos 12.1.1 e 12.1.2 será dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Jataí, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

12.7) Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

12.7.1) serem datilografados e devidamente fundamentados;

12.7.2) serem assinados pelo representante legal da licitante.

13 - DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

13.1) O TERMO DE CREDENCIAMENTO, que obedecerá ao disposto na Lei N° 8.666/93 e o presente Edital, e deverá ser assinado pelas empresas adjudicatórias no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da referida Lei de Licitações.

13.2) O prazo de vigência deste contrato será o estabelecido na cláusula 2.1., deste edital, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

14 - DAS PENALIDADES

14.1) Os habilitados serão convocados logo após a adjudicação para assinatura do termo de credenciamento;

14.1.1) Os habilitados que não comparecerem no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assinatura do termo de credenciamento perderá o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

14.1.2) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por período igual ao inicialmente estabelecido, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

14.2) O não comparecimento de um dos habilitados para assinatura do termo de credenciamento, no prazo estabelecido no item anterior, além da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/03, não impede o Município de firmar termo de credenciamento com os demais habilitados.

15 - DO PAGAMENTO

15.1) O pagamento será feito mediante apresentação da nota fiscal que deverá ser acompanhada da requisição, até 05(cinco) dias após a entrega da referida nota fiscal, onde deverá estar em anexo um exemplar da matéria veiculada (fita de vídeo, fita cassete, cd, jornal etc).

15.2) Para recebimento de suas faturas, a credenciada deverá apresentar prova de quitação ou regularidade dos encargos previdenciários que porventura incidirem sobre esta contratação, sob pena de interrupção dos pagamentos a serem efetuados.

16 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

16.1) DAS CREDENCIADAS:

16.1.1) arcar com a remuneração e os demais encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, decorrentes da prestação de serviços, inclusive seguro cobrindo "riscos diversos", além de taxas e impostos, sem nenhum ônus para a contratante;

16.1.2) responder por quaisquer danos causados por seus empregados a terceiros, por si e/ou prepostos;

16.1.3) disponibilizar e distribuir o jornal ou impresso em que a matéria estiver veiculada, na cidade ;

16.1.4) proceder, às suas expensas, a aquisição de todos os equipamentos, materiais e produtos necessários à prestação do serviço proposto;

16.1.5) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da prestação de serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

16.1.6) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.1.7) somente promover a publicação de atos oficiais, com autorização expressa do responsável devidamente designado pelo Presidente da Câmara Municipal – Chefe da Assessoria de Comunicação, sob pena de não ser promovido o seu pagamento.

16.1.8) veicular a matéria autorizada em rádio, ou publicidade ambulante, conforme determinado na ordem de serviço.

16.1.9) apresentar amostras das fotos para escolha a ser realizada pela Assessoria de Comunicação;

16.2) DO CONTRATANTE:

16.2.1) efetuar o pagamento na forma e prazo previsto no credenciamento;

16.2.2) acompanhar e fiscalizar pela comissão designada pelo Presidente da Câmara, a prestação do serviço, atendendo todas as exigências constantes deste edital;

16.2.3) encaminhar à credenciada, o material de publicação com antecedência mínima de 12 (doze) horas, de circulação do respectivo jornal ou no caso de radiodifusão, televisiva ou outra, conforme solicitação do município;

16.3) A inadimplência da Credenciada, com referencia aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

17 - DA ANÁLISE TÉCNICA

17.1) A Comissão de Licitações da Câmara Municipal fará análise técnica de todos os jornais e fotos disponibilizados pelas licitantes, onde se verificará:

a) constatação de circulação regular no Município ou região, há no mínimo 3 (três) meses de circulação ininterrupta (através da apresentação dos exemplares para verificação), com uma tiragem disponibilizada por, no mínimo, 2.000

exemplares;

b) qualidade de impressão do tipo offset ou tipografia de boa qualidade;

c) verificação de ser o instrumento de veiculação considerado jornal e, não, informativos, tablóides comerciais, ou qualquer outro meio de comunicação que não seja considerado imprensa escrita, nos termos da lei, sendo ainda vedada os instrumentos jornalísticos considerados imprensa clandestina.

d) Audiência da emissora, rádio ou retransmissora, compatível com os valores a serem pagos pela Câmara;

e) Alcance do veículo de publicidade volante.

f) qualidade das fotos e materiais fotográficos;

17.2) O resultado desta análise técnica será transcrito em um relatório assinado por todos os membros da respectiva comissão, e será utilizada pela Comissão de Licitação para fins de julgamento final do processo licitatório.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1) O credenciamento previsto neste Edital será público e acessível ao público, em todos os atos de seu procedimento, salvo, quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, sob pena de se tomarem as medidas coercitivas cabíveis.

18.2) Todos quantos participem deste processo de credenciamento tem direito público subjetivo à fiel observância de seu procedimento, regulamentado por este Edital e pela Lei Federal no. 8.666/93.

18.3) Qualquer pedido de esclarecimento quanto a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser dirigido por escrito, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no endereço constante no preâmbulo deste Edital, até 5 (cinco) dias anteriores à data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos INVÓLUCROS.

18.3.1) Em não havendo pedidos de esclarecimentos, presumir-se-ão claros e precisos os termos e condições do Edital, não se admitindo posteriores reclamações quanto à interpretação.

18.3.2) Não serão atendidas solicitações verbais ou formuladas após o prazo estabelecido no subitem 16.3.

18.4) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 5(cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos INVÓLUCROS de habilitação.

18.5) Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital perante esta Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos INVÓLUCROS de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.6) A licitante que injustificadamente se insurgir contra a decisão de comissão de licitação ou autoridade superior, quer através da interposição de recurso administrativo ou ação judicial, fica desde logo, ciente de que acaso seja o seu pedido indeferido, será acionada, judicialmente para reparar os danos causados à Câmara Municipal de Jataí.

18.7) Qualquer modificação no Edital será divulgada pela mesma forma

que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.8) O Presidente da Câmara Municipal de Jataí poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.9) Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas e dirimidas com base na Lei 8.666/93.

18.10) O presente Edital, com todos seus elementos constitutivos, poderá ser adquirido pelos interessados na Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí, nesta cidade, no horário das 13h às 17h, onde, também, poderão ser fornecidas maiores informações sobre a licitação.

18.11) Faz parte integrante deste Edital:

a) Anexo I – planilha de valores para veiculação da matéria a ser promovido pela Câmara Municipal de Jataí.

b) Anexo II - Exigências que devem ser cumpridas pela licitante;

c) Anexo III - a Minuta do Termo de Credenciamento;

Município de Jataí-GO, 09 de fevereiro de 2010.

Renata Silva Oliveira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Eula Alves Costa
Membro

Francisco José de Assis Cabral
Membro

ANEXO I

Processo nº 001/2010
Modalidade: Credenciamento
Edital nº: 01/2010
Tipo: Melhor Técnica

Objeto: Credenciamento de empresas de comunicação para prestação de serviços de divulgação e publicação dos atos oficiais da Câmara Municipal de Jataí, conforme tabela de valores a serem pagos pelo Poder Legislativo, conforme previsão orçamentária própria:

SERVIÇOS	PREÇOS A SEREM PAGOS MENSALMENTE
Veiculação diária de notícias, cobertura de sessões e outras atividades e entrevistas com vereadores (duas por mês para cada parlamentar) em Televisão	R\$ 3.500,00
Veiculação diária de quatro textos de 30 segundos cada, relativos às atividades da Câmara em rádio	R\$ 550,00
Veiculação diária de quatro textos de 30 segundos cada, relativos às atividades da Câmara e entrevistas (uma por mês), de três minutos cada, com vereadores em rádio	R\$ 760,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de uma página inteira por mês em revista mensal com mais de 20 páginas	R\$ 760,00
Veiculação de textos e entrevistas com vereadores em mais de um programa diário no rádio	R\$ 3.000,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em jornal quinzenal formato standard	R\$ 830,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em jornal mensal formato	R\$ 350,00

germânico	
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em jornal quinzenal formato germânico	R\$ 415,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em revista mensal com mais de 20 páginas	R\$ 550,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em revista mensal com menos de 20 páginas	R\$ 500,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em jornal mensal formato standard	R\$ 700,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara em sites da Internet	R\$ 760,00

ANEXO II

EXIGÊNCIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS PELA LICITANTE PARA SER CONSIDERADA APTA À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A licitante deverá comprovar em cada caso o seguinte:

- a) que o jornal tem circulação regular no Município e região, com uma tiragem disponibilizada por Município de, no mínimo, 2.000 exemplares,
- b) que comprove atingir, no mínimo, 5 % da população local, através de declaração de veracidade, assinada pelo sócio-diretor, sob as penas da lei;
- c) qualidade de impressão do tipo off set ou tipografia de boa qualidade; verificação de ser o instrumento de veiculação considerado jornal, e não informativos, tablóides comerciais, ou qualquer outro meio de comunicação que não seja considerado imprensa escrita, nos termos da lei, sendo ainda vedada os instrumentos jornalísticos considerados imprensa clandestina.
- d) audiência da emissora, rádio ou retransmissora, compatível com os valores a serem pagos pelo Município;
- e) alcance do veículo de publicidade volante.
- f) qualidade das fotos e materiais fotográficos

ANEXO III – Minuta do Termo de Credenciamento

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2010

Processo nº. 001/2010
Modalidade: Credenciamento
Edital nº.001/2010
Tipo: Melhor Técnica

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO.

CONTRATANTE- A **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ**, inscrita no CNPJ sob nº 24.858.805/0001-39 , com sede em Jataí-GO, estabelecida na Praça da Bandeira, s/n, Centro – Jataí-GO, neste ato apresentada por seu Presidente, vereador **Gênio Euripedes Cabral de Assis**, brasileiro, casado, portador de CI-RG nº 1.170.882 SSP-GO, inscrito no CPF sob nº 121.753.401-63, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. _____, com sede na _____, doravante denominada de CREDENCIADA, convencionam o Credenciamento da empresa de comunicação para prestação de serviços de divulgação e publicação dos atos oficiais da Câmara Municipal de Jataí, para o exercício de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA-OBJETO

O presente termo tem por objeto, o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ, a saber: programas e campanhas educativas sobre as atividades do órgão contratante, leis, convênios, atos e contratos administrativos, com a finalidade de dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade e as disposições contidas no § 1º, do art. 37, da Constituição Federal, para o ano de 2010, fornecidas pela Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS DA EXECUÇÃO

3.1 - A CONTRATADA obriga-se a executar o presente contrato, observando o estabelecido nos documentos abaixo relacionados, que constituem parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 3.1.1- Credenciamento nº 001/2010
- 3.1.2 - Proposta da Contratada

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO.

4.1 – O presente contrato possui valor de R\$_____ mensal, sendo que sua duração vigorará até o dia 15/12/2010, com suspensão no mês de julho/2010, devido ao recesso parlamentar.

4.2 - Os preços dos valores pagos serão fixos, não sujeitos a reajustamento durante a vigência, salvo se houver prorrogação, hipótese em que serão reajustados, pelo INPC, apurado no período.

4.3 - O pagamento será efetuado em cada mês subsequente à apresentação de nota fiscal, que deverá ser obrigatoriamente acompanhada de um exemplar da matéria veiculada (fita de vídeo, fita cassete, cd, jornal, etc...), bem como, cópia da requisição de autorização para publicação, assinada pelo representante designado pelo Presidente da Câmara: Chefe da Assessoria de Comunicação, após a entrada do pedido na Seção de Contabilidade da Câmara Municipal de Jataí.

4.4 - O pagamento será efetuado com base nos valores praticados e autorizados pela comissão delegada pelo Presidente da Câmara para controle e acompanhamento da prestação dos serviços e metragem de espaço utilizado, tempo de duração da publicidade ou quantidade de inserções, de tamanho das fotos, conforme Autorização de Serviço emitida pela Contratante.

CLÁUSULA QUINTA-PRAZO.

5.1 - O prazo do credenciamento vigorará até 15 de dezembro de 2010, com início na data da assinatura do Termo de Credenciamento, e suspensão no mês de julho/2010, podendo ser prorrogado, se houver interesse público, nos termos da Lei 8.666/93.

5.2 - Os participantes habilitados serão convocados para assinar o Termo de Credenciamento, de conformidade com as exigências constantes deste Edital e a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS.

As despesas decorrentes desta contratação correrão á conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39-47 – Serviços de Terceiros/Serviços de Comunicação em Geral.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS CREDENCIADAS:

7.1) arcar com a remuneração e os demais encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, decorrentes da prestação de serviços, inclusive seguro cobrindo "riscos diversos", além de taxas e impostos, sem nenhum ônus para o contratante;

7.2) responder por quaisquer danos causados por seus empregados a terceiros, por si e/ou prepostos;

7.3) disponibilizar e distribuir o jornal em que a matéria estiver veiculada, na cidade no mesmo dia de sua circulação, garantindo o mínimo de exemplares estabelecidos na Autorização de Serviços emitida pela Contratada;

7.4) proceder, às suas expensas, a aquisição de todos os equipamentos, materiais e produtos necessários à prestação do serviço proposto;

7.5) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da prestação de serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

7.6) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.7) somente promover a publicação de atos oficiais, com Autorização expressa do responsável devidamente designado pelo Presidente da Câmara Municipal: Chefe da Assessoria de Comunicação, sob pena de não ser promovido o seu pagamento.

7.8) veicular a matéria autorizada em rádio, ou publicidade ambulante, conforme determinado na ordem de serviço.

7.9) apresentar amostras das fotos para escolha a ser realizada pelo departamento de Imprensa;

7.2) DO CONTRATANTE:

7.2.1) efetuar o pagamento na forma e prazo previsto no credenciamento;

7.2.2) acompanhar e fiscalizar pela comissão designada pelo Presidente da Câmara Municipal de Jataí, a prestação do serviço, atendendo todas as exigências constantes deste edital;

7.2.3) encaminhar a credenciada, o material de publicação com antecedência mínima de 12 (doze) horas, de circulação do respectivo jornal ou no caso de radiodifusão, televisiva ou outra, conforme solicitação da Câmara;

7.2.4) A inadimplência da Credenciada, com referencia aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES.

Qualquer modificação de forma, qualidade e quantidade (supressão ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo, poderá ser determinado pela Contratante, através de termo aditivo atendido o disposto nos arts. 57 e 65 da Lei No. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA - MULTAS

Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção II, do Capítulo IV da Lei No. 8.666/93 a contratada poderá incorrer nas seguintes multas:

a) 1 % (um por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso nas entregas dos produtos e/ou se deixar de cumprir uma das cláusulas do respectivo contrato;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, se por culpa da contratada for o mesmo rescindido, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores acima mencionados serão atualizados à época da inflação contratual.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O valor referente às multas, será descontado do pagamento a que fizer jus a contratada.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As multas previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1) O credenciamento poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte da contratante, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados nos artigos 77 e seguintes da Lei Nº. 8.666/93.

10.2) Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

10.3) Fica eleito o Foro da Comarca de Jataí/GO para dirimir as questões desta contratação que de outra forma não sejam solucionadas.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual

teor e forma, para os efeitos legais, perante 2 (duas) testemunhas.

Jataí/GO, _____

Gênio Eurípedes Cabral de Assis
Presidente da Câmara Municipal de Jataí-GO

Credenciada

TESTEMUNHAS:

Nome
CPF

Nome
CPF